



ERÍLIA MARIA PEREIRA BATISTA

Curso de Psicopedagogia



**“PERCEPÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES SOBRE A
FAMÍLIA RECASADA: UMA ANÁLISE PSICOPEDAGÓGICA”**

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Patrícia Nunes da Fonsêca

Universidade Federal da Paraíba

JOÃO PESSOA

2015

ERÍLIA MARIA PEREIRA BATISTA

PERCEPÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES SOBRE A FAMÍLIA RECASADA: UMA
ANÁLISE PSICOPEDAGÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof.^a. Dr.^a. Patrícia Nunes da Fonsêca

Aprovado em: 19 / 02 / 2015.

BANCA EXAMINADORA

Patrícia Nunes da Fonsêca
Prof.^a Dr.^a Patrícia Nunes da Fonsêca (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba

Tamiris da Costa Brasileiro
Prof.^a Ms. Tamiris da Costa Brasileiro (Membro)
Universidade Federal da Paraíba

PERCEPÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES SOBRE A FAMÍLIA RECASADA: UMA ANÁLISE PSICOPEDAGÓGICA

RESUMO: A família tem passado por transformações sociais que tem favorecido o surgimento de novas configurações familiares, a exemplo das famílias recasadas, que envolvem três ou mais famílias em sua formação. Sendo assim, este novo modelo de família exige dos membros a reestruturação de papéis e ajustes nos relacionamentos familiares. Neste sentido, é relevante entender como as pessoas percebem o meio e os membros da família para que haja menos conflito e maior interação social. Para este estudo foi utilizada a teoria da Percepção Social, uma vez que enfatiza a forma como a pessoa percebe o meio e se influencia por ele, a ponto de modificar seu comportamento. Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo analisar a percepção social de adolescentes sobre o recasamento. Participaram três adolescentes do sexo feminino, filhas de pais separados, com a média de idade 14,3 anos. Foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado e um questionário sociodemográfico. Os resultados obtidos demonstraram que as adolescentes não percebem os membros da família recasada de seu genitor como parte de sua configuração familiar; também se constatou que há sentimentos de raiva e ódio em relação à madrasta e, esta é tida pelas participantes como sendo a causa da separação dos seus pais, fato que irá interferir nos relacionamentos familiares, como também, na aceitação do recasamento do pai. Portanto, conclui-se que a percepção dos adolescentes sobre a família recasada e os membros que a compõem são importantes fontes de informação na formação e manutenção dos relacionamentos familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção Social; Família recasada; Adolescentes; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A família surgiu de forma natural, sendo proveniente da necessidade do ser humano de se relacionar de maneira estável e de viver em comunidade. A partir do exposto, pode-se conceituar família como um conjunto de indivíduos unidos por laços afetivos (LOUZADA, 2011; NORONHA, PARRON, 2012).

Não obstante, as mudanças ocorridas na sociedade, tais como, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a diminuição da taxa de natalidade, o aumento da expectativa de vida, o advento do divórcio, exigiram da organização familiar transformações na sua constituição, possibilitando o surgimento de vários tipos de famílias, a saber: monoparentais, anaparentais e recasadas (HACK; RAMIRES, 2010).

A família recasada, muitas vezes é formada pela união de três, quatro ou mais famílias (CARTER; MCGOLDRICK, 2001), que trazem filhos pequenos ou adolescentes que precisam se ajustar a esse novo contexto, além dos desafios do seu próprio desenvolvimento físico, cognitivo e social.

No entanto, devido às constantes transformações da sociedade influenciando e sendo influenciada pela família, e a importância da mesma para o ser humano, o estudo com as famílias recasadas tem sua relevância para a compreensão dos contextos familiares contemporâneos em que os adolescentes estão inseridos e, a partir disso, entender a influência na aprendizagem e no desenvolvimento dos mesmos, levando em consideração a percepção dos filhos sobre o seu meio familiar, o relacionamento entre os membros e suas experiências.

Com isso, o presente estudo propôs analisar a percepção social das adolescentes sobre o recasamento e, especificamente objetivou-se (1) identificar a percepção dos adolescentes acerca dos relacionamentos familiares no recasamento; (2) verificar os papéis dos membros da família recasada de acordo com a percepção dos adolescentes; (3) conhecer a percepção da adolescente sobre a madrasta e, por fim, (4) analisar a aprendizagem dos adolescentes de famílias recasadas.

A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE: REALIDADE E DESAFIOS

A família surgiu como um fenômeno natural tendo sua origem ligada aos primórdios da civilização, sendo proveniente da necessidade do ser humano de se relacionar de maneira estável e de viver em comunidade. A partir dessa união começaram a se formar as famílias, pois, é psicologicamente difícil para o homem viver isoladamente, sem haver nenhum relacionamento. Com isso, pode-se conceituar a família como um conjunto de indivíduos unidos por laços afetivos (LOUZADA, 2011; NORONHA, PARRON, 2012).

Contudo, entende-se que o meio familiar assume papel essencial no processo de socialização dos filhos desde o início de sua vida, pois, a família é considerada um importante mediador entre indivíduo e sociedade, tendo a função de influenciar de maneira relevante no desenvolvimento social, cognitivo e emocional da criança e adolescente (FÈRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011; FALCKE, ROSA, STEIGLEDER, 2012).

Porém, devido às mudanças ocorridas na sociedade, a exemplo da diminuição da taxa de natalidade, do aumento da expectativa de vida, do crescente número de divórcios e recasamentos, da participação mais efetiva da mulher no mercado de trabalho torna-se difícil definir um perfil rígido da família brasileira, surgindo a necessidade de ampliação do conceito de família e a aceitação de novas formas de configurações e estruturas familiares. Com isso, as transformações que surgem no modelo familiar são influenciadas pela evolução da sociedade e vice-versa, sendo assim, um fenômeno dinâmico e multifacetado (CARTER, MCGOLDRICK, 2001; COLS, WAGNER, 2011).

Portanto, percebe-se que a família, tanto no meio social quanto no normativo, deparou-se com alterações relevantes influenciadas por processos de mudanças sociais provenientes da sociedade e, também, do interior da vida doméstica. Iniciando assim, uma incorporação de elementos advindos da modernidade cultural, de maneira não homogênea (PORRECA, 2011).

Como consequência dessas mudanças sociais, econômicas, políticas e jurídicas, novas configurações familiares foram constituídas, a exemplo das famílias monoparentais, anaparentais e recasadas. Todavia, ressalta-se que o principal fator que contribuiu para a formação destas configurações foi o divórcio, fazendo com que não seja encontrado apenas o modelo nuclear de família (HACK; RAMIRES, 2010).

DIVÓRCIO

A palavra divórcio é originária do latim *divortium* (separação), derivada da palavra *divertere*, que tem como significado “tomar caminhos opostos, afastar-se” (PORRECA, 2011). De acordo com Carter e McGoldrick (2001), o divórcio pode ser conceituado como uma descontinuidade do tradicional ciclo de vida familiar, produzindo profundo desequilíbrio.

Os dados atuais do IBGE mostram que em 2012, de cada mil casais, 2,5 se separaram, não sendo incluídas nesses números as uniões consensuais que são desfeitas. Mas, o divórcio no Brasil ocorria antes mesmo de ser regulamentado legalmente em 1977, sendo que, não era reconhecido ou aceito pela sociedade, por isso, as pessoas que se separavam eram estigmatizadas e sofriam preconceito, principalmente as mulheres e os seus filhos. Com sua regulamentação, os divorciados

tiveram a possibilidade de se casarem novamente, o que juridicamente não era permitido (PORRECA, 2011; RIBEIRO, 2005).

Segundo a Constituição Federativa do Brasil (1988), no Art.226, § 6º

“O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.”

Com o divórcio, ocorre um rompimento no ciclo de vida familiar alterando o funcionamento do sistema, sendo necessários ajustes individuais no nível emocional e prático. Isso requer de um a três anos para adaptar-se a nova condição e continuar o processo de desenvolvimento familiar (CARTER; MCGOLDRICK, 2001).

Assim, as transformações provenientes da separação conjugal são inúmeras e exigem dos integrantes da família muitas adaptações, sendo necessário perceber que há uma ampliação do reflexo do divórcio a toda família, entendendo que o divórcio atinge o sistema familiar por completo, inclusive sogros/as, cunhados/as, avós, tios e primos (SOARES, 2009).

Segundo Carter e McGoldrick (2001), no processo emocional de divórcio e pós-divórcio as famílias passam por um aumento de tensão de suas emoções em pontos de transição. Por exemplo: no momento da decisão de divorciar-se, ao anunciar essa decisão à família e amigos, ao discutir o novo planejamento financeiro e de custódia, na separação física de fato, no divórcio legal, nos reencontros para conversar sobre dinheiro ou sobre os filhos e, também, nos momentos sociais na escola ou quando os filhos se casam, se formam e em aniversários. Isso acontece na maioria das famílias que se divorciam, podendo acontecer várias vezes por meses ou anos no processo adaptativo a sua nova condição.

No divórcio, uma das mudanças mais delicadas a ser discutida é quanto ao cuidado e guarda dos filhos (SANTOS, 2013). De acordo com dados do IBGE, em 2013, dos casais separados, em 85,07% dos casos é a guarda dos filhos fica a critério da mulher, em 7,73% os dois são responsáveis e em apenas 5,35% dos casos, o homem.

Muitas dessas famílias que passam por um processo de divórcio têm filhos adolescentes, que naturalmente, são afetados pelas mudanças provenientes desse processo além das transformações naturais da fase do desenvolvimento em que se encontram. No entanto, eles entendem o divórcio de seus pais de uma forma mais objetiva, mas, mesmo tendo uma compreensão mais realista da situação não impedem o surgimento de mágoas e do sentimento de solidão. Pode ocorrer de o adolescente compreender a separação dos seus genitores como o melhor a ter acontecido, ou seja, nem sempre o divórcio tem efeitos negativos, pois, muitas famílias pós-divórcio vivem de forma mais harmoniosa do que quando era uma família intacta (HACK; RAMIRES, 2010).

Por isso, independente da configuração familiar, quer seja intacta, monoparental ou recasada, a família é muito mais que um casamento estabelecido entre um homem e uma mulher, mas, um sistema familiar que envolve uma comunhão de afetos, ajuda mútua e responsabilidade (LOUZADA, 2011).

RECASAMENTO: A CONSTITUIÇÃO DE NOVOS VÍNCULOS FAMILIARES

Nos últimos anos, com a legalização do divórcio e a facilitação de sua execução nos cartórios, houve um maior crescimento no número de pessoas divorciadas, assim como, um aumento nas taxas de recasamentos. Segundo dados do IBGE, em 2000, do total de uniões realizadas no país, 11,7%, foram de pessoas divorciadas; em 2005, o percentual foi de 14,2%; já em 2011, houve um aumento, ficando em torno de 18,3%. Em 2013, registrou-se 23% de casamentos entre pessoas divorciadas. Obviamente, esses dados não incluem as pessoas divorciadas que decidem morar juntas sem legalizar a união, assim, esses números poderiam ser mais expressivos.

A partir dos dados citados, nota-se quanto o número de famílias recasadas está se tornando cada vez mais significativo e vem se tornando mais comum o fato dos filhos não chegarem à idade adulta na mesma configuração familiar em que nasceram. Essas famílias têm como uma das características importantes a sua complexidade, envolvendo novos papéis e relacionamentos, pois, enquanto uma família nuclear é formada por duas famílias, no recasamento há o entrelaçamento de três, quatro ou mesmo mais famílias (CARTER; MCGOLDRICK, 2001; FÈRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011).

Além disso, existe a dificuldade de encontrar uma denominação apropriada para esta nova configuração familiar, sendo utilizados termos como: família reconstituída, transformada, rearmada, agregada, agrupada, combinada ou mista (SOARES, 2009).

Oliveira (2005) e Amaral (2010) chamam a atenção para o fato de que muitas dessas nomenclaturas usam o prefixo “re”, dando a ideia de recriação, repetição e de reformulação. Principalmente termos como reconstituída, reestruturada ou recomposta, dar a entender que a família se desorganizou ou se desfez e, depois, se reorganizou em suas condições originais, trazendo o mito da família nuclear.

Porreca (2011) considera as famílias recasadas como uma “nova” configuração familiar, nomeando-as como “famílias em segunda união”, sendo originadas por casais que um ou ambos os parceiros tiveram uma união anterior e se casaram novamente, podendo trazer com eles filhos do relacionamento conjugal passado e, muitas vezes, acabam por ter filhos da segunda união.

Segundo Carter e McGoldrick (2001), alguns termos usados para denominar alguns membros nesse tipo de família já sugerem conotações negativas, por exemplo, a nova mulher do pai que é

conhecida como madrasta. Esta denominação já retrata a ideia de uma pessoa má, que busca a todo custo prejudicar, especialmente, os filhos do primeiro casamento do marido. Tal fenômeno é reforçado na sociedade através da literatura infantil, particularmente nas histórias de Cinderela e Branca de Neve, que terminam por implantar no imaginário social a ideia de que as madrastas ou padrastos trazem discórdias entre os familiares, especialmente entre o marido/esposa e a ex-mulher/ex-marido, e buscam afastar o genitor (a) dos filhos. Tal fenômeno só faz enaltecer mitos e preconceitos que dificultam a aceitação destes membros no contexto familiar (PORRECA, 2011; SOARES, 2009).

Ademais, à mãe é atribuído o verdadeiro amor, capaz de sacrificar tudo pelos filhos, enquanto as madrastas são más, frias e egoístas. Neste contexto, as madrastas são pressionadas a seguir esse modelo de mãe perfeita, tentando suprir as carências dos enteados e cumprir o papel da genitora, não sendo possível ser uma réplica da figura materna, causando assim, frustração e insegurança em enteados e suas madrastas e, conseqüentemente, desequilíbrio em todo o sistema familiar (FALCKE; WAGNER, 2000).

Com isso, inúmeras vezes surgem dificuldades na vida e na terapia por haver a tentativa de permanecer com os mesmos papéis e regras da família do primeiro casamento, mas a entrada de novos cônjuges, filhos do padrasto e/ou madrasta, avós consanguíneos e eletivos, formam uma complexa rede de relações que não podem ser ainda nomeados, mesmo assim, têm sua importância no funcionamento da família recasada tornando-a diferente da família nuclear, exigindo flexibilidade e originalidade entre os relacionamentos (CARTER; MCGOLDRICK, 2001; FÈRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011).

Diante do exposto, também vale salientar que uma família que atravessou o caminho do divórcio conseguindo manejar adequadamente seus impasses, não significa que terá o percurso do recasamento da mesma maneira, pois novas questões e conflitos podem surgir. Portanto, se foi possível superar as dificuldades provenientes de uma separação conjugal, é provável que os membros da família tenham maior disponibilidade e suporte para lidar com o recasamento (SOARES, 2009).

De acordo com Carter e McGoldrick (2001), na formação da família recasada os membros passam por um processo emocional de adaptação descrita nas seguintes etapas:

1º Iniciando o novo relacionamento – Nessa etapa é necessário ter acontecido uma recuperação adequada do divórcio, com isso, é preciso haver um recomprometimento com o casamento e com a família, estando disposto a lidar com a complexidade desse novo sistema.

2º Conceitualizando e planejando o novo casamento e a nova família – Nesse momento é preciso aceitar os próprios medos, os do cônjuge e dos filhos em relação ao recasamento e ao

surgimento de uma nova família proveniente de um segundo casamento. Como também, perceber a necessidade de dedicação para o ajustamento à complexidade dos novos papéis, fronteiras, e questões afetivas como culpa, conflitos de lealdade e ressentimentos não resolvidos.

3º Recasamento e reconstituição da família – Nesse estágio é necessário haver uma resolução final do apego ao ex-cônjuge e ao ideal da família intacta, como também, a aceitação de um novo modelo familiar que inclui madrasta/padrasto, enteados, avós eletivos, entre outros.

Vale salientar que lidar com os filhos frutos do relacionamento anterior em uma nova estrutura familiar exige dos pais uma reestrutura nos relacionamentos, assim, a família recasada com adolescentes precisa se adaptar e se organizar para a melhor convivência de todos os membros que fazem parte desse sistema. Isso exige tempo e compreensão mútua, pois, para os filhos a ligação com a primeira família continua e faz parte da formação da sua identidade (CURY, 2008).

Com isso, entende-se a importância de compreender a percepção desses filhos sobre a sua família, compreendendo a maneira de como eles percebem suas experiências e os comportamentos das pessoas do seu meio familiar.

PERCEPÇÃO SOCIAL

A forma como as pessoas percebem seu mundo, especialmente os membros familiares, ajuda na compreensão da realidade e, conseqüentemente, na formação de suas atitudes acerca de um determinado fato ou situação familiar. Desta forma, é fundamental conhecer a percepção dos indivíduos, isto é, a maneira como as pessoas se apropriam e representam o mundo exterior no universo interior.

A teoria da Percepção Social tem como base os princípios da Escola da Gestalt (visão holística) em que a pessoa não é passiva, mas, se antepõe ao seu meio para categorizá-lo, ordená-lo e fazê-lo consistente e previsível, então, entende-se que as percepções são estruturadas, organizadas e estáveis para que seja possível dar sentido ao mundo que cerca. Com isso, o objetivo principal dessa teoria é analisar a forma com que as pessoas percebem as relações interpessoais (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; HASTORF; POLEFKA; SCHNEIDER, 1973).

O principal teórico da Percepção Social foi Fritz Heider (1896-1988), que escreveu suas pesquisas sobre o fenômeno de atribuição de causalidade e sua teoria do equilíbrio. Porém, outros teóricos também deram importantes contribuições para a teoria da Percepção Social como Solomon Asch, com seus estudos sobre formações de impressões, e alguns derivados das idéias de Heider como Harold H. Kelley (modelo de covariação) e E. E. Jones e K. E. Davis (teoria de inferência correspondente), contribuindo com estudos sobre os processos de atribuição causal (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

A partir dos estudos dos pesquisadores citados anteriormente, pode-se compreender como ocorre o processo perceptivo. Para isso, se faz necessário compreender sobre a palavra “experiência” entendendo a amplitude de seu significado, podendo ir de impressões ou sentimentos com pouca importância até conceitos muito abstratos sobre o meio em que estamos inseridos que podem ser verbalizados. Assim, se pode classificar em três classes de experiência:

1. Sentimentos brutos – São sentimentos vagos sem denominação verbal, ou seja, são experiências que usualmente são chamadas de “sentimentos” de familiaridade ou de estranheza.
2. Experiência verbalmente descrita – Essa é classe da experiência da vida cotidiana, em que denominamos e categorizamos objetos ou acontecimentos de maneira verbal.
3. Experiência científica – São experiências mais abstratas, mas que ultrapassa a simples percepção. Nessa classe, podem-se construir categorias dessas experiências abstratas como lealdade, justiça, honestidade, entre outras (HASTORF; POLEFKA; SCHNEIDER, 1973).

A partir disso, entende-se o que influencia no processo de percepção, entretanto, Heider em suas pesquisas precisou de descrições de pessoas comuns de como elas percebem seu meio e suas experiências, dependendo assim do senso comum, por isso se intitula de *psicologia ingênua* a maneira pelo o qual se percebe o mundo social (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; HASTORF; POLEFKA; SCHNEIDER, 1973).

Contudo, um dos pontos centrais da teoria da Percepção Social é que as pessoas podem ser percebidas como a causa de suas próprias ações. Então, a causalidade é entendida como uma forma de organização cognitiva que surge quando se percebe o meio social, composto pelas pessoas e suas ações, podendo ser atribuída a fatores internos, denominado de causalidade pessoal, como personalidade, capacidade intelectual ou a fatores externos, que seria a causalidade impessoal, a exemplo da situação, azar, entre outros (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; RODRIGUES, 1976).

Todavia, para que se atribua a causalidade à pessoa é preciso que ela tenha a intenção de com o seu comportamento causar determinado efeito, pois, o indivíduo é tido como responsável apenas pelo que é pessoalmente causado. Sendo assim, a noção de intencionalidade relevante para a percepção do outro enquanto ser capaz de fazer e tentar, de maneira que não lhe é atribuído culpa pelas consequências acidentais e imprevistas (HASTORF; POLEFKA; SCHNEIDER, 1973).

Diante do exposto, compreende-se que a teoria da Percepção Social enfatiza a pessoa ao perceber o meio no qual se encontra imerso, sabendo que o ser humano é motivado pela necessidade de organizar e dar sentido ao mundo físico e social onde se encontra inserido. Por isso, pode-se afirmar que o mundo não é apenas revelado para nós, mas, temos um papel ativo na

criação de nossas experiências (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; HASTORF; POLEFKA; SCHNEIDER, 1973).

Assim, entende-se que para a formação da percepção das pessoas ou das situações no contexto familiar, os indivíduos desenvolvem um papel ativo, onde buscam suas experiências pessoais no processo de construção. Desta forma, é primordial que as percepções sejam discutidas e compreendidas, já que vão ser instrumentos de guia para o desenvolvimento dos relacionamentos familiares, mesmo quando a configuração já não é mais a formação original, mas, um recasamento. Assim, para a adaptação a este novo arranjo familiar exigirá do indivíduo novas percepções e aprendizagens.

MODALIDADE DE APRENDIZAGEM DOS ADOLESCENTES NO CONTEXTO FAMILIAR CONTEMPORÂNEO

De acordo com o art. 227 da Constituição Federativa do Brasil (1988),

“é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Como se pode ver, para o bom desenvolvimento da criança e do adolescente, é necessário que haja um ambiente familiar saudável, sem brigas e ofensas, especialmente, entre os genitores (COLLINS; SPRINTHALL, 2003). Acerca do exposto, ressalta-se que é fundamental uma adequação dos membros familiares, especialmente dos cônjuges e filhos, sobretudo se forem adolescentes, as mudanças e a nova fase do ciclo por que passa a família.

Segundo Feldman e Papalia (2013), a adolescência engloba o período da aproximado dos 11 aos 20 anos, podendo ser conceituada como a transição no desenvolvimento entre a infância e a vida adulta envolvendo transformações físicas, emocionais, cognitivas e sociais ocorridas no interior de contextos relevantes como a família, o grupo de colegas e o meio escolar, tendo maneiras variadas de ser entendida dependendo do meio social, cultural e econômico.

Quanto ao desenvolvimento físico, o fim da infância e o início da adolescência se dão com a puberdade, consistindo num período de crescimento físico rápido e maturação sexual, ocasionando mudanças visíveis no corpo de meninos e meninas como amadurecimento e crescimento dos órgãos sexuais, surgimento dos pêlos pubianos, alterações na voz, surto na altura, e outras

transformações específicas a exemplo do crescimento dos seios e a menarca nas garotas, pêlos faciais e primeira ejaculação nos garotos (BERGER, 2012).

Mas, não ocorrem somente mudanças físicas, a maneira de pensar e se expressar dos adolescentes também se modifica. Segundo Piaget os adolescentes entram no estágio operatório-formal do desenvolvimento cognitivo, sendo caracterizado pela capacidade de pensar de maneira abstrata, assim, sendo capaz de usar metáforas, entender ironias e compreender símbolos. Nessa fase, com o progressivo amadurecimento do cérebro, é desenvolvido o pensamento hipotético-dedutivo, que se configura na capacidade de desenvolver e considerar hipóteses para solucionar problemas (FELDMAN; PAPALIA, 2013).

Além do desenvolvimento físico e cognitivo, também ocorre o Desenvolvimento Psicossocial, que segundo Erikson, o adolescente se encontra na fase Identidade versus Confusão de papéis. Nesse estágio de maturação social, os adolescentes tentam descobrir “Quem sou eu?” e, estabelece durante esse período uma identidade sexual, política e de carreira ou ficam confusos quanto a que papéis devem desempenhar, então, para que seja formada a identidade se faz necessário que o jovem resolva três questões relevantes: a escolha de uma ocupação (profissão), de valores para sua vida e o desenvolvimento de uma identidade sexual satisfatória (BERGER, 2012; FELDMAN; PAPALIA, 2013).

Com isso, as mudanças ocorridas na adolescência são influenciadas e influenciam o sistema familiar. Nesse contexto, a família vivencia uma nova fase de adaptação entre duas gerações, muitas vezes os valores e regras estabelecidos pelos pais passam a ser contestados pelos filhos, mas também os próprios genitores questionam sobre suas profissões e posicionamentos (PORRECA, 2011).

De acordo Carter e McGoldrick (2001), na fase do ciclo de familiar “Famílias com adolescentes” para que haja a continuidade no desenvolvimento é preciso que os pais tenham mais flexibilidade nas suas fronteiras, não impondo sua autoridade completa, contribuindo para a gradativa autonomia dos filhos, com isso, os relacionamentos progenitor-filho modificam-se para que o adolescente possa movimentar-se de dentro para fora do sistema.

Todas essas mudanças esperadas durante o desenvolvimento do adolescente e sua família podem vir juntamente com mais modificações trazidas com o divórcio e recasamento de ambos ou apenas um de seus pais, a exemplo das diferentes configurações familiares, comuns na contemporaneidade, que passam de família nuclear para monoparental e recasadas, também, a adaptação para entrada de novos membros (padrasto, madrasta, enteados) e, conseqüentemente, o surgimento de novos papéis. Por isso, a família recasada com adolescentes precisa se adaptar considerando todas as transformações desenvolvimentais e o sua nova estrutura familiar.

Entretanto, alguns pais colocam todas as suas esperanças no seu recasamento vendo isso como “um novo começo”, uma nova oportunidade, por isso, desejam que os seus filhos vejam da mesma maneira e abandonem os vínculos afetivos com o ex-cônjuge. Mas, a vivência e os parentes do sistema familiar anterior fizeram ou ainda fazem parte da formação de identidade do adolescente que está inserido neste contexto, então, para os filhos é difícil e confuso ter que se desvincular dos genitores e das outras pessoas da sua família (AMARAL, 2010). Os membros como pais, avós, tios e primos continuam tendo sua importância na vida familiar independente de sua configuração.

Apesar de todas as mudanças e desafios enfrentados pela família, não se pode negar sua importância como mediadora entre o indivíduo e sociedade. Nela é formada a primeira percepção de mundo, também, é onde aprendemos sobre o nosso contexto e a se situar nele (REIS, 1995).

Por isso, a família é considerada como uma unidade emocional onde a maneira que cada membro age ou pensa influencia todo o sistema, tendo assim, a responsabilidade de proteger, cuidar e preparar os filhos para a vida contribuindo para a autonomia e produtividade dos mesmos (ROGOZINSKI, 2004).

Assim, todas essas transformações trazem uma necessidade de readaptação e, para que ocorra este processo, o indivíduo terá que assimilar as transformações no sistema familiar, acomodando as novas informações, que segundo Piaget (1999), resulta na aprendizagem. Então, para que os filhos entendam o fenômeno do divórcio e recasamento tem que, necessariamente, assimilar as questões que levaram a separação conjugal, bem como, acomodar tais informações. A partir disso, aprender a viver dentro desse novo contexto familiar.

Com isso, entendendo que o aprender se faz em uma ação ativa e, que a família tem o papel fundamental de educar seus membros para a vida, a observação da modalidade de aprendizagem familiar auxilia na compreensão de como se aprende dentro do sistema no qual estar inserido (LOBO; ROGOZINSKI, 2004).

A partir do exposto, entende-se que todo o sistema familiar independente de sua configuração seja ela do tipo recasada, monoparental ou nuclear, contribui diretamente para a percepção e aprendizado de mundo dos adolescentes. No qual, estes precisam reaprender a viver nos novos contextos familiares modificados pelas transformações ocorridas durante o tempo, em que eles próprios sofreram influências em seu desenvolvimento, como também, a família como contexto primário de socialização.

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

MÉTODOS

Delineamento

O estudo é caracterizado como uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa baseada em um delineamento transversal de levantamento do tipo *ex post facto*.

Participantes

Participaram da pesquisa três adolescentes do sexo feminino, da classe média, com idades de 13, 14 e 16 respectivamente, sendo todas estudantes do ensino médio. Sendo estas filhas de mães separadas a cerca de 4 anos, das quais os ex-maridos vivem em situação de recasamento no mesmo período de tempo do término do relacionamento anterior.

Instrumentos

Com a finalidade de alcançar os objetivos pretendidos, foi utilizada como técnica de coleta de dados uma entrevista semi-estruturada construída a partir das evidências encontradas na literatura acerca da vivência e percepção do recasamento por filhos adolescentes.

O instrumento tem como finalidade conhecer a percepção das adolescentes em relação ao recasamento, utilizando-se dos seguintes questionamentos: “Depois da separação, o seu pai decidiu se casar novamente, o que você pensa sobre isto?; Como fica agora a família do pai e da mãe depois do novo casamento?”. Também procurou se verificar as funções dos membros da família segundo as participantes por meio destas indagações: “O que cada um faz na família? Quais as responsabilidades de cada um?”. Além de pretender conhecer a percepção das adolescentes sobre a madrasta com a seguinte pergunta: “O que o filho acha desta nova pessoa na família (madrasta)?”. Ao término, buscou analisar a aprendizagem dos adolescentes de famílias recasadas com o questionamento: “O que você aprendeu com tudo isso que aconteceu na família?”.

Por fim, com o objetivo de caracterizar o perfil sócio demográfico das famílias participantes bem como das próprias adolescentes, para tanto foram realizadas perguntas em relação ao nível de escolaridade (do pai, da mãe e da adolescente), à profissão dos pais, ao tempo de recasamento do genitor, ao número de filhos dos genitores, à idade (do pai, mãe e da adolescente), ao tempo de separação e à quantidade de pessoas que residem no mesmo domicílio.

Procedimento

A pesquisa obedeceu a todos os preceitos éticos, conforme recomenda a resolução 466/12 CNS/MS, pois inicialmente foi solicitada a autorização das mães para que as adolescentes participassem da pesquisa. Uma vez concordando com a participação os participantes assinaram ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A aplicação da entrevista durou em média de 20 a 30 minutos, foi realizado em um ambiente domiciliar, no qual a pesquisadora encontrava-se a sós com as participantes, de forma a proporcionar a segurança e o sigilo ao que foi relatado pelas as mesmas.

Análise de dados

Para analisar o conteúdo das entrevistas realizadas com as participantes, foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin (1979). Inicialmente as respostas dos respondentes foram transcritas e, em seguida, categorizadas segundo os objetivos do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Configuração familiar na percepção das adolescentes

A configuração familiar conceitua-se como o conjunto de membros/personagens que fazem parte do núcleo familiar (WAGNER, 2011). As participantes responderam sobre quem são os membros da sua família da seguinte maneira: “*Eu, mainha e Bruninha (irmã mais nova), pronto!*” (A1); “*Agora, eu acho que minha família é só minha mãe e meus dois irmãos (irmão por parte de mãe e irmã), só.*” (A2); “*Meu pai e minha mãe.*” (A3)

Nas falas, se observa que as adolescentes não têm como sua a família formada após o recasamento do pai, chegando a negar sua existência de maneira direta, não percebendo como membros as pessoas provenientes do novo casamento (meio-irmãos e madrasta).

Motivos da separação e percepção sobre a ruptura

Segundo os relatos das filhas e das mães, os principais motivos da separação foram as constantes traições do genitor, como mostra as falas abaixo:

Quanto aos motivos da separação relataram: “*Porquê painho toda vida traía mainha, toda vida, teve um momento que chega! Não aguento mais! Aí mainha se separou de painho.*”(A1); “*... meu pai bebia muito e ele saía muito pras festas sem minha mãe e várias vezes houve traição da parte dele, e minha mãe não tava mais aguentando.*” (A2); “*...eles brigavam sempre, então, eu acho que foi falta amor mais.*” (A3). A adolescente A3 atribuiu a falta de amor ao pai, relatando que ele “*largou a família pra ficar com outra pessoa.*”

Sobre o momento da separação uma das adolescentes comentou *“Eu tava aliviada, porque via minha mãe sofrendo todos os dias e meu pai nem aí...”* (A1), mostrando na sua fala que para ela o divórcio foi uma decisão correta, se não, a melhor escolha a ser tomada. Enquanto que para as outras participantes foi percebido como algo negativo, triste e difícil, isto se observa no relato: *“Foi difícil no começo e até hoje é um pouco difícil...”*(A2); *“Parece que o mundo ia desabar...as pessoas falam: “Ah, quem sofre mais são filhos(na separação conjugal)” e é verdade.”* (A3).

Nesses casos, os discursos apresentam percepções diferentes da separação dos pais, para alguns (A1) essa experiência pode não ser de todo ruim, mas, para outros (A2/A3) causa angústia e é tido como um momento difícil de suas vidas. Com isso, se percebe a não passividade na construção da percepção de mundo, mesmo passando por experiências semelhantes, as adolescentes selecionam e são ativas na construção das mesmas, apresentando diferentes sentimentos sobre o mesmo aspecto (HASTORF; POLEFKA; SCHNEIDER, 1973).

Relacionamentos entre pai e filha

Sobre o relacionamento de pai e filha, uma das adolescentes chorou muito a ser questionada, enquanto que as outras comentaram: *“Agora meio que a gente se aproximou mais, depois da separação, o relacionamento da gente com ele ficou bem melhor, a gente sai com ele e quando tava com minha mãe a gente nunca saía com pai e agora, a gente sai.”*(A1). Nessa fala, se percebe que após a separação conjugal o relacionamento entre o pai e a filha melhorou na sua qualidade, mesmo com o recasamento, essa qualidade de tempo dedicado aos filhos contribuiu para um relacionamento afetivo entre eles.

Entretanto, outra participante disse não ter um bom relacionamento com o pai no seguinte relato: *“Eu não tenho um relacionamento tão próximo com ele, até porque, ele é uma pessoa de coração muito duro, então, ele não gosta de escutar as coisas que a gente fala, ele não procura saber se a gente tá bem, se a gente tá precisando de alguma coisa...”* (A3). Mostrando assim, que muitas vezes a separação conjugal podem não despertar nos pais a necessidade de qualidade de tempo com os filhos, pois, não percebem a necessidade dos mesmos do cuidado e carinho de ambos os genitores.

Convivência e relacionamento entre mãe e filha

Segundo os dados do IBGE, cerca de 85% dos casos de divórcio os filhos ficam com mãe, por isso, na maioria das vezes a rotina não é alterada drasticamente continuando até mesmo a morar na mesma residência. Nos casos das participantes, ocorreu exatamente isso e, quando

perguntadas sobre quem dos pais elas escolheriam morar, as respostas foram idênticas: “Com a mãe!” e uma das adolescentes foi mais enfática dizendo que *“minha mãe, com certeza. Eu sou muito apegada ao meu pai, mas, eu não deixaria minha mãe por nada!”*(A2). Sendo observado nesses relatos à lealdade e aliança que essas filhas têm com a sua mãe.

A ser questionadas sobre o relacionamento com a genitora, responderam :*“Muito íntimo, assim, eu compartilho tudo com minha...”* (A1); *“Sei lá, normal... A gente se desentende às vezes, mas sempre volta ao normal... foi sempre a minha mãe que mesmo com as coisas em cima dela e ter que passar por certas dificuldades quando meu pai saiu de casa, mas ela sempre segurou a barra e cuidou da gente.”*(A2); *“...é um relacionamento mais íntimo, é um relacionamento mais profundo de mãe e filha.”*(A3)

Todas as adolescentes relataram ter um relacionamento melhor e mais próximo com a mãe do que com o pai, apesar das genitoras trabalharem fora e passarem o dia todo fora de casa, há qualidade na convivência e interação mãe e filha.

Papel do pai e da mãe

De acordo com Wagner (2011), o papel que cada membro exerce dentro do sistema familiar se refere ao desempenho da função de cada um em determinado momento, ou seja, são as responsabilidades, o que cada pessoa faz dentro da família. Podendo assim, um só membro desempenhar diversas e distintas funções ou papéis. A partir disso, os relatos abaixo mostram os papéis do pai e da mãe de acordo com as adolescentes:*“Meu pai é papel de ajudar financeiramente e da parte dele ser pai...O papel de minha é tudo, cuida de casa, cuida financeiramente, cuida emocionalmente, educa, faz tudo, papel de mãe.”*(A1);*“Meu pai só manda a pensão, somente...mãe trabalha fora e mantém a casa.”*(A2); *“... meu pai, ele trabalha, mas eu não sei tanto assim do ele faz, porque eu não tenho tanta relação...Minha mãe, ela trabalha o dia todo.”*(A3)

Percepção do recasamento

Os adolescentes podem ser mais resistentes ao processo de mudança na sua família, advinda do divórcio e recasamento, até mesmo porque nos casos pesquisados, o principal motivo relatado da separação foram as traições por parte do pai e sua atual esposa foi sua amante. Isso pode ter causado dificuldades para aceitar a nova mulher do pai, como também vale salientar que, as filhas geralmente possuem sentimentos de lealdade e proteção em relação à mãe dificultando a aceitação do recasamento do pai (AMARAL, 2010). Isso se percebe nos relatos abaixo:

“Eu vejo, eu penso às vezes, que poderia ter sido diferente, que a gente podia tá todo mundo

junto, mas depois, eu penso na mesma hora que talvez ele esteja feliz lá ou não...”(A2);

“Eu não me agrado, porque, primeiro ele largou a minha mãe pra ficar com outra pessoa, então, pra mim é muito difícil aceitar isso, porque, num sei... é uma coisa que eu não aceito mesmo!”(A3)

Todas as participantes demonstram dificuldade em aceitar o novo casamento do pai, relatando sentimentos negativos (ódio) e a não aceitação da madrasta como é descrito no subtítulo abaixo.

Percepção da adolescente sobre a madrasta

A partir dos relatos, observa-se que para as adolescentes a atribuição de causalidade da separação dos pais à madrasta, ou seja, as filhas atribuem a culpa da separação dos pais à nova esposa do seu pai, pois, o principal motivo do término da relação conjugal dos pais foi caso amoroso mantido pelo pai enquanto ainda estava casado com a mãe de suas filhas, dificultando de certa forma os relacionamentos familiares com a família do pai, porque, quem foi sua amante é sua atual esposa e, com isso, se observa sentimentos negativos tais como ódio e tristeza expressa por meio do choro.

Isto pode ocasionar conflitos nos relacionamentos familiares, distanciamento emocional entre as filhas e o pai, além da rejeição à nova família formada pelo recasamento e todas as pessoas advindas da mesma como meio-irmãos e madrasta.

Também, o que é atribuído à madrasta de certa forma se tornou estável para as adolescentes. Sendo as interações sociais seletivas, a tendência é deixar de interagir com pessoas de que não gostam e saber menos delas (HASTORF; POLEFKA; SCHNEIDER, 1973). Isso é visto nas falas abaixo:

“...eu ainda sinto muita raiva da esposa dele...Uma relação de enteada com madrasta eu nunca vou ter. Pra mim ela é só a esposa do meu pai e acabou!”(A1);

“Eu não tenho proximidade com ela, eu não gosto de falar com ela, eu nunca falei.”(A2);

“...pra mim ela não significa nada, é só uma pessoa qualquer que meu pai ficou e...pronto.”(A3)

Todas as participantes comentaram ter pouco ou nenhum contato com a madrasta, mesmo quando a mesma está acompanhando o pai, as adolescentes não lhe dirigem a palavra ou têm qualquer indício de relação amigável.

Modalidade de aprendizagem familiar

O contexto familiar é onde se dá as primeiras aprendizagens, assim como, é o meio primordial que media o indivíduo à sociedade (FÈRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011;

FALCKE, ROSA, STEIGLEDER, 2012), pois a experiência nesse contexto é significativa uma vez que a aprendizagem passada influencia nas percepções presentes. Isto posto, observa-se que o processo de aprender na família ocorre não apenas em função do que é falado mas, especificamente, por meio das relações construídas entre os membros, pois através desta imprime-se um modelo que perpassa na subjetividade de cada indivíduo (HASTORF; POLEFKA; SCHNEIDER, 1973). Assim, segundo Fernández (1990) a maneira como cada pessoa busca conhecimento, ou seja, aprende, dependerá da relação construída na família, especialmente com os membros que ensinam, no caso, os pais. A este fenômeno, esta autora chama de modalidade de aprendizagem. Assim, a família torna-se um ambiente de aprendizagens e construção de experiências, o que mostra a relevância deste contexto institucional.

Nesta direção, as participantes da pesquisa foram tidas como pessoas ativas no seu processo de aprendizagem e relataram algumas coisas que aprenderam em sua família nas falas seguintes: *“Deus tem me fortalecido cada vez mais, eu tenho amadurecido, aprendido mais da vida, que não é todo homem que é bom...Amadurecido mais...A comunhão também, que nessa separação a gente teve que ficar mais próxima de mainha...”* (A1); *“Primeiramente de tudo, aprendi a ser forte e aguentar as coisas...”* (A2); *“O que eu tiro de lição pra minha vida é que a gente tem que dar valor ao que a gente tem, enquanto a gente tem, porque depois que as pessoas vão embora, já era. Então, você tem que dar valor a sua família, a tudo que você tem na sua frente, nas suas mãos.”* (A3)

Nos comentários feitos pelas adolescentes se observa que todas, de maneiras diferentes, aprenderam com a separação e recasamento. Em algumas falas se percebe uma possível falta de confiança nas relações que poderá ter futuramente ou mesmo pode está ocorrendo, visto nos seguintes relatos: *“...porque depois que as pessoas vão embora, já era...”* (A3); *“...que não é todo homem que é bom...”*(A1). Com isso, a figura masculina para essas garotas está sendo tida como algo efêmero, que pode deixar de estar a qualquer momento, uma delas disse que *“...eu nunca deixaria meus filhos pra viver com outra pessoa”*(A3).

Por outro lado, também é visto o amadurecimento, uma aprendizagem de vida quando foi dito *“aprendi a ser forte e aguentar as coisas...”*(A2); *“você tem que dar valor a sua família”* (A3); *“eu tenho amadurecido, aprendido mais da vida...”*(A1). Assim, de alguma forma os acontecimentos ocorridos no contexto familiar como a saída do pai de casa, o sofrimento gerado pela separação e o recasamento, fizeram com que essas adolescentes construíssem suas experiências e suas percepções sobre as pessoas que as cercam, influenciando assim, o modo atual de ver meio que as rodeiam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entende-se que a família, independente da sua configuração, tem sua importância na construção das primeiras percepções de mundo dos filhos (REIS, 1995). Assim, pode-se considerar que as mudanças provenientes do divórcio e recasamento dos pais influenciam diretamente na construção das experiências dos adolescentes em seu meio familiar, pois, sendo eles percebedores ativos, as suas percepções do mesmo fato se diferem, podendo surgir sentimentos diferentes e divergentes como raiva e saudade ao mesmo tempo diante do que foi vivenciado.

Os resultados demonstraram que a maneira que o recasamento é percebido mostra a não aceitação e sentimentos como ódio e raiva, principalmente, em relação à madrasta que tida pelas participantes como a causa da separação dos pais, mesmo elas sabendo que o genitor já apresentava comportamentos anteriores a separação e recasamento de ter relacionamentos extraconjugais. Podendo assim, levar ao distanciamento emocional entre pai e filha e, uma maior proximidade entre mãe e filha.

Mesmo que a genitora trabalhe fora e passe a maior parte do tempo sem estar em casa, se observou uma qualidade nas relações relatada pelas filhas, enquanto que, o pai tem na maioria das vezes a função apenas auxiliar financeiramente, a mãe é vista como a que cumpre sua função materna, principalmente, de apoio emocional. Assim, tudo isso contribui na dinâmica familiar, nos relacionamentos entre os pais e os filhos, e conseqüentemente, na aprendizagem de vida e nas relações que as adolescentes possam ter fora do seu meio familiar.

Apesar de o presente estudo ter alcançado seu objetivo de analisar a percepção a de adolescentes sobre o recasamento, houveram algumas limitações como o pequeno número de participantes, os poucos artigos e estudos sobre o assunto abordado, as dificuldades de famílias dispostas a participar da pesquisa e, a partir do levantamento de informações com as adolescentes se observou a necessidade de averiguar com outros membros da família sobre a dinâmica familiar, principalmente com a mãe que é a detentora da guarda dos filhos.

Diante do que foi apresentado, averigua a necessidade de estudos mais profundos com a intenção de pesquisar sobre a percepção dos filhos nos diversos contextos familiares contemporâneos e a sua influência na aprendizagem escolar e social, como também, nos relacionamentos construídos e papéis exercidos pelos pais e os novos membros provenientes do recasamento como madrasta, padrasto, meio-irmãos, avós eletivos, entre outros.

ADOLESCENTS' SOCIAL PERCEPTION ON REMARRIED FAMILY: A PSYCHOPEDAGOGICAL ANALYSIS

Abstract: The concept of family has been affected by social changes, which led to the emergence of new family configurations, such as the remarried families, which involve three or more families in its formation. As a result, this new family model requires each member to change their roles and adjust their family relationships. In this sense, it is relevant to comprehend the way people perceive the context and the family members so that less conflict and more social interaction take place. To fit the purpose of this study, it was used the Social Perception theory since it emphasizes the way people perceive the context they are inserted in and how they are influenced by it, ending up modifying their own behavior. Having said that, this study is aimed at analyzing the adolescents' social perception on remarriage. Three female adolescents participated in this study, being the three of them children of separated parents, at 14,3 years old. A semi-structured and a social-demographic questionnaire. The results showed that the adolescents do not see the members of their father's remarried family as part of their family configuration. The results also presented that there are feelings of anger and hatred in relation to their stepmother, being referred to by the three adolescents as the one to blame for their parents' separation, a fact that interferes in the family relationships as well in the father's remarriage acceptance. In short, it can be concluded that the adolescents' perception on the remarried family and their members are important sources of information and maintenance of family relationships.

Keywords: Social Perception; Remarried family; Adolescents; Learning

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. **Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

AMARAL, D. H. Recasamento: percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica], Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERGER, K. S. **O Desenvolvimento da Pessoa: da infância à terceira idade**. 5º Ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARTER, BETTY; MCGOLDRICK, MONICA (Org.). **As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar**. 2º Ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

COLLINS, W. A.; SPRINTHALL, N. **Psicologia do Adolescente: uma abordagem desenvolvimentista**. 3º Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CURY, C. M. Recasamento e filhos adolescentes: um estilo de vida em negociação [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica], Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FALCKE, D.; WAGNER, A. Mães e madrastas: mitos sociais e autoconceito. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 2, p. 421-441, 2000.

FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. **Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história**. Curitiba: Juruá, 2011.

FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed. 04. São Paulo: Atlas, 2009.

HACK, S. M. P. K.; RAMIRES, V. R. R. Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos. **Psicologia Clínica**, v. 22, n. 1, p. 85-97, 2010.

HASTORF, ALBERT H.; POLEFKA, JUDITH; SCHNEIDER, DAVID J. **Percepção da Pessoa**. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda., 1973.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/> > Acesso em: 10 dez. 2014.

LOUZADA, A. M. G. Evolução do conceito de família. **Revista da Escola de Magistratura do Distrito Federal**, n. 13, p. 11-24, 2011.

NORONHA, M. M. S.; PARRON, S. F. A evolução do conceito de família. **Pitágoras**, n. 3, p. 1-21, 2012.

PAPALIA, D. E.; OLDS; FELDMAM, R. **Desenvolvimento humano**. 12° Ed. São Paulo: Artmed, 2013.

PORRECA, W. Filhos no recasamento: estudo de caso em famílias em segunda união [Tese de Doutorado em Psicologia], Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). Em: **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 99-124, 1995.

RIBEIRO, R. M. F. Adoção emocional no recasamento: um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrasto/madrasta e seus enteados [Psicossociologia de Comunidades Ecologia Social], Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ROGOZINSKI, E. Aprenda mas não cresça: uma missão impossível. POLITY, E. (Org.). Em: **Psicopedagogia: um enfoque sistêmico**. São Paulo: Vetor, p. 139-158, 2004.

SOARES, L. C. E. C. No fogo cruzado: desafios e vivências de pais e mães recasados [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social], Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WAGNER, A. **Desafios psicossociais da família contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ANEXOS

Anexo I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CE- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA
CEP 58.051-900 – João Pessoa – PB
E-MAIL: patynfonseca@hotmail.com

Prezado(a) Colaborador(a),

Esta pesquisa tem o propósito que está sendo desenvolvida pelo *Núcleo de Estudos do Desenvolvimento Humano, Educacional e Social (NEDHES)* da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a Patrícia Nunes da Fonsêca, tendo como propósito analisar a percepção dos adolescentes.

Este trabalho poderá contribuir para orientar pais e professores, já que busca compreender como as relações familiares podem influenciar na vida escolar dos estudantes.

Solicitamos a sua anuência à participação de seu (sua) filho (a) nesta pesquisa, como também autorização para publicar os resultados deste estudo em revista científica.

Esclarecemos, que a participação do seu (sua) filho (a) no estudo é voluntária e, portanto, o(a) Senhor (a) não é obrigado (a) a colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Podendo, a qualquer momento, desistir do mesmo.

Queremos lhe garantir o caráter anônimo e confidencial de todas as informações. Contudo, antes de prosseguir, de acordo com o disposto nas resoluções 196/96 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde, faz-se necessário documentar seu consentimento.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para meu filho (a) participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Responsável

Por fim, nos colocamos a sua inteira disposição no endereço abaixo para esclarecer qualquer dúvida que necessite.

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação - CE, Departamento de Psicopedagogia, Campus I, Cidade Universitária.

CEP: 58.051-900

Telefone do Ambiente de Trabalho: (83) 3214 7444

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

APÊNDICES

Apêndice1- Entrevista Semi-Estruturada Realizada Com As Adolescentes

1. Quais as pessoas que formam sua família?
2. Fale-me um pouco sobre cada um deles.
3. Fale-me sobre o relacionamento entre A-B, A-C, etc.
4. Quais os motivos que você pensa (imagina) que levaram seus pais a se separarem?
5. Quando seus pais anunciaram que iriam se separar, o que você achou disso?
6. Depois da separação, se fosse p/ você escolher, com quem os filhos ficariam?
7. Depois da separação, o seu pai decidiu se casar novamente, o que você pensa sobre isto?
8. Como fica agora a família do pai e da mãe depois do novo casamento?
9. Como eles se relacionam agora (depois que o pai se casou novamente), A-B, A-C, etc.?
10. O que o filho acha desta nova pessoa na família (madrasta)?
11. O que cada um faz na família? Quais as responsabilidades de cada um?
12. O que você aprendeu com tudo isso que aconteceu na família?

Apêndice 2 – Questionário Sócio-Demográfico

Adolescente:

Nome (fictício):

Idade:

Série/Ano:

Mãe:

Nome (fictício):

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Nº de filhos (1º e 2º relacionamento)

Tempo de separação

Motivo da separação

Componentes do núcleo familiar atual
(pessoas que moram na mesma casa)

Pai:

Nome (fictício):

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Nº de filhos (1º e 2º relacionamento):

Tempo de separação:

Tempo que está casado:

Componentes do núcleo familiar atual
(pessoas que moram na mesma casa).